



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC:

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Escolas fechadas por violência policial. Informação inexistente. Presunção de veracidade da alegação do órgão público. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 218/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre escolas fechadas por conta de violência policial nos últimos vinte anos.
2. Em resposta, o ente informou que o Registro de Ocorrências Escolares – ROE é uma ferramenta de gestão, sem valor estatístico, e que se destina a registrar questões disciplinares, não existindo nesse sistema as informações requeridas, reiterando a resposta em recurso e sugerindo a abertura de um novo pedido para informações sobre ocorrências nas escolas. Inconformado, o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a complementar as informações, a Pasta informou que o conteúdo do sistema ROE é “meramente informativo e absolutamente confidencial”, sendo que “as informações ali contidas são armazenadas para fins exclusivos da administração pública”. Por fim, o ente também reiterou que os dados na forma como foram solicitados não existem no sistema.
4. Primeiramente, vale dizer que o princípio da publicidade caracteriza-se como essencial ao Estado Democrático de Direito, em que vigora a regra geral da transparência dos dados estatais, sendo o sigilo exceção restrita a situações legalmente delimitadas, não havendo a possibilidade de alargamento das taxativas hipóteses estipuladas pela lei de forma expressa.
5. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Entretanto, recorda-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não possuir os dados almejados, informando não haver registro das escolas que, nos últimos 20 anos, tiveram que encerrar atividades por conta de confronto ou violência policial, tampouco outros detalhes.
7. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”
8. Ante o exposto, tendo em vista a inexistência das informações pretendidas, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de outubro de 2017.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO